

Programa museológico e arqueológico do Alto Ribatejo

Luiz Oosterbeek*

Resumo

O impacto crescente da pré-história e da arqueologia na sociedade, é mediado pela emergência dos programas de gestão integrada em arqueologia. Esta gestão integrada, que se ocupa da identificação, estudo, preservação, recuperação e valorização desses fragmentos da memória, é também ele um elemento essencial na credibilização destes conhecimentos.

Discute-se esta dimensão, complementando-se com uma breve apresentação do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo.

Abstract

Archaeology and Prehistory growing impact in contemporary society, is chanelled through the emmergence of integrated plans for archaeological management. This integrated management, dealing with identification, study, conservation, restoration and enhancement of those fragments of memory, is, itself, a crucial element for rendering credible those knowledges.

This dimension is discussed, taking the Interpretation Centre for the Archaeology of Alto Ribatejo as a case-study.

* Doutor em Arqueologia, Director do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo, Professor do Instituto Politécnico de Tomar.

Para começar...

No domínio das disciplinas da memória, da História, a tradição dos diversos países tende a sublinhar momentos históricos que fundamentem os nacionalismos gerados no quadro da ascensão da burguesia na modernidade. É assim com a epopeia dos Descobrimentos em Portugal, a era Victoriana em Inglaterra, Pedro o Grande na Rússia, ou o Megalitismo e os Celtas na Irlanda. Quatro exemplos de memórias míticas, justificadoras dos estudos históricos.

No entanto, em tempos recentes, a arqueologia e a pré-história têm gerado novos pólos de interesse, numa dinâmica que se aproxima das preocupações ecológicas. É assim que se disseminam programas de arqueologia em diversas cadeias televisivas, e revistas especializadas de divulgação. Sobre estes ombros se ergueu, também, o potente movimento em defesa das gravuras de Foz Côa. Nestes casos, é ao entrosamento entre investigação e sociedade que assistimos. O campo da pré-história e da arqueologia é, assim, um campo de intervenção político social, no sentido original do termo. Foi assim em Foz Côa e no caso da defesa do Museu do Homem de Paris, como já o fora na discussão sobre a preservação das pegadas de Laetoli (finalmente cobertas!) ou da barragem de Abu Simbel, em tempos que já parecem distantes.

Não se trata de dissolver a ciência numa argumentação oportunista, que faz depender a verdade da retórica e da negociação entre interesses diversos, como no caso do chamado “pragmatismo filosófico” (Carrilho, 1993). De facto, como refere Boghossian (1997) a propósito do texto “provocatório” de Alan Sokal: “...o nosso *objectivo* deve ser alcançar conclusões que são objectivamente verdadeiras e justificadas, independentemente de qualquer perspectiva particular (...e...) a ciência é a melhor ideia que alguém teve para alcançar esse *objectivo*” (p.6). Trata-se de reconhecer que, na sociedade, existem interesses contraditórios, e que a pré-história e a arqueologia se afirmam, quer dizer, se legitimam socialmente, no quadro dessas contradições.

O conhecimento moderno, aquilo que designamos por conhecimento científico, é filho da Humanidade no seu estádio antropocêntrico. Ele é especificamente europeu, na sua génese, pois foi gerado pela cisão *Homo/Natura*, rejei-

tada por outras civilizações. Ele é, também, especificamente urbano, na medida em que se constituiu para ajudar ao governo da *Polis*, da Cidade dos Homens. E se hoje se generalizou, se globalizou, nem por isso devemos esquecer a sua génese, pois ela explica muitas dificuldades do discurso inter-cultural que atravessa a referida globalização, que é, de facto, a submissão do planeta a um modelo socio-cultural único, pragmatista, verdadeira caixa de Pandora que encerra mil pragas, da Amazónia a Timor, da Tchetchénia de hoje à anunciada crise do Império do Meio. Uma caixa que ou se mantém fechada ou se abre, mas para a qual não há esperança na via do Sr. Giddens, dita terceira.

Para além desta dimensão extrínseca, que ecoa a sociedade actual no interior da investigação, existe também uma dimensão intrínseca, pela oferta de uma pluralidade de passados. Como refere Paulo Funari, num texto sobre Arqueologia Histórica, “A Arqueologia democratiza o passado, fornecendo aberturas para a vida diária do povo” (1998, p.12). Uma perspectiva que encontra acolhimento na chamada “Nova Esquerda” norte-americana (Chomsky, 1995), e que muitas vezes resvala para o terreno da “ideologização” e da descaracterização das especificidades da disciplina (vd. a proposta de uma arqueologia para a classe trabalhadora elaborada por Duke e Saitta (1999)).

Esta nova dimensão da arqueologia e, sobretudo, da pré-história, ganha um maior relevo no quadro da globalização, o que não é isento de algum perigo, e até mesmo de alguma perversidade.

A globalização, como fenómeno de dissolução dos sub-sistemas num único sistema global, planetário, arrasta inevitavelmente processos e tensões de afirmação das nacionalidades e, de forma geral, das identidades sectoriais. Estes fenómenos afirmam-se de forma essencialmente negativista, e potencialmente conflictiva. Neste quadro, a pré-história assume a dimensão do sincretismo original, uma espécie de “globalização” *avant-la-lettre*. Em Pré-História, sabemos que tal leitura é falsa, e que ao invés de uma unidade original, o que sempre houve foi uma grande pluralidade, marcando cada momento da história com uma infinidade de possíveis futuros. Mas a visão sumária da Pré-História, que é percebida pela generalidade da população, reforça o mito da unidade inicial. Da Eva mitocondriana, à suposta unidade Europeia na Idade do Bronze, passando pela “politicamente correcta” miscigenação dos *Sapiens sapiens* com os *neandertalensis*, é esta Pré-História que, mais uma vez, se afirma no terreno político.

A Pré-História é, assim, hoje, um agente da integração europeia e da globalização, um factor de unidade, um dissuasor das tensões xenóforas. E sê-lo-á cada vez mais. A globalização é, provavelmente, o último passo de expansão do mercado mundial, a última fuga em frente. Daí a enorme importância em desenvolver mecanismos eficazes de regulação, designadamente a nível ideológico. Paradoxalmente, a Pré-História tenderá a afirmar-se, em parceria com a Ecologia ou a comunicação multi-média, como um agente de alienação. E é por isso que será, cada vez mais, apoiada pela sociedade.

Motivações relacionadas com o interesse em reforçar a identidade europeia, sublinhando a sua diversidade (ainda que esta, muitas vezes, seja simplificada), combatendo o racismo, a xenofobia e a exclusão de todos os tipos, são argumentos políticos que justificarão o empenho dos governos nesta área. Para além, naturalmente, da dimensão económica, designadamente como factor de coesão regional e de desenvolvimento sustentável.

Uma perspectiva integrada da gestão do património arqueológico...

Este impacto crescente da pré-história e da arqueologia na sociedade, é mediatizado pela emergência dos programas de gestão integrada em arqueologia. Esta gestão integrada, que se ocupa da identificação, estudo, preservação, recuperação e valorização desses fragmentos da memória, é também ele um elemento essencial na credibilização destes conhecimentos.

De facto, é pela integração da valorização com a investigação que as interpretações poderão ganhar, cada vez mais, uma eficiência social. A valorização é o processo de saída da arqueologia e da pré-história da sua torre de marfim, rompendo com o isolamento em que, apesar de tudo, ainda se encontram. É o caminho que antes trilharam a química, a física ou mesmo a medicina, o caminho da interpretação eficiente, socialmente ratificada. É, também, a forma de combater a dimensão perniciosa de que antes se falou, promovendo o nível cultural global da sociedade.

Neste domínio assume particular importância a articulação da investigação com as outras dimensões da intervenção arqueológica (inventário, conservação, restauro, valorização), em programas de gestão integrados. A gestão não é uma mera actividade contabilística, mas a participação no aprofundamento de novas noções de território, de humanidade.

A arqueologia e a pré-história investigam os vestígios materiais do Homem no espaço e ao longo do tempo, e essa investigação tem nos homens e mulheres da actualidade os seus destinatários. A identificação, o estudo e a valorização fazem-se, antes de mais, para as sociedades presentes (que, em abono da verdade, pagam esse labor), e para a preservação da memória colectiva para as gerações vindouras. A crise do optimismo neo-positivista veio acentuar esta revalorização da memória.

É vital que este processo seja assumido, e coordenado, pelos arqueólogos e pré-historiadores. Certamente, a sua dimensão económica, em particular no domínio do turismo cultural, associada à gestão do lazer, assume uma relevância estratégica muito grande, face à terceirização das economias dos países comunitários.

Deve, a este respeito, registar-se que a expressão *indústria turística*, tal como a de *indústrias da cultura*, ganhou importância crescente nos últimos anos, acompanhando a crise dos sectores económicos tradicionalmente mais relevantes: a agricultura e as indústrias tradicionais (também referidas como “indústrias poluentes”). Ainda que, e não será demais recordá-lo, estas novas *indústrias* o sejam, apenas, no sentido de “formas engenhosas de criação”, produzindo valores de uso virtuais, bem diversos dos resultantes dos sectores primário e secundário.

É por esta razão que a economia global jamais poderá assentar essencialmente nelas, mesmo se, à escala da repartição supra-nacional das actividades económicas, seja hoje possível a uma região, ou a um país, depender essencialmente dessas mesmas *neo-indústrias*.

Integrar a gestão com a investigação é pois um desafio crucial para o progresso destes campos de saber, e é normal que as estruturas estabelecidas, por inércia e conservadorismo, contra isso reajam. Por exemplo, a integração *de*

facto da investigação e da valorização propiciada pelo actual quadro institucional português, apesar das aparências, é uma clássica resposta conservadora às dinâmicas referidas.

Não se trata de dissolver num terreno político a especificidade da investigação, mas de compreender que a legitimação social dos resultados desta depende da abertura à sociedade. A medicina legitima-se na prática clínica, o direito legitima-se na administração da justiça, a química legitima-se na indústria,... ou seja, a generalidade das áreas do saber legitimam-se na solução de problemas da sociedade. A Pré-História e a Arqueologia deverão encontrar essa funcionalidade, no quadro da qualidade de vida dos cidadãos.

Um exemplo

O Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo, em Vila Nova da Barquinha, situado no cruzamento de duas vias principais (IP6 e IC3), nasceu da conjugação de um programa de investigação desenvolvido ao longo de 17 anos (Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar e Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo), da dinâmica local do associativismo juvenil (ArqueoJovem), da vontade do poder local (Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha) e do empenho do poder central (Instituto Português da Juventude).

Trata-se de um centro que, congregando vontades diversas, apresentará e dinamizará a arqueologia da região no seu quadro europeu, nas suas diversas vertentes: inventário, estudo, preservação, associativismo e valorização turístico-cultural. Ele funcionará como “porta de acolhimento”, e chamará a atenção dos visitantes para a região.

O Centro será constituído por áreas de apresentação de sítios e colecções, bem como por zonas de trabalho sobre as colecções, por um depósito de colecções, por uma biblioteca especializada, laboratórios de fotografia e informática, e por um *atelier* para jovens.

O Centro terá 839 m² divididos em quatro tipos de áreas:

1. Áreas públicas (547 m²)

- Área expositiva aberta: 420 m²
- Área expositiva interior: 75 m²
- Galeria: 30 m²
- Gabinete de Informações: 22 m²

2. Áreas Semi-Públicas (73 m²)

- Sala de aulas: 30 m²
- Sala de estudo de materiais: 43 m²

3. Áreas Restritas (151 m²)

- Depósito de materiais: 24 m²
- Tratamento de materiais: 15 m²
- Laboratórios: 41 m²
- Gabinetes: 71 m²

4. Residência (68 m²)

- Hall: 7 m²
- Cozinha e sala de refeições: 14 m²
- Quartos: 36 m²
- Outras instalações: 11 m²

O Centro será instalado num edifício histórico, cedido pela Câmara Municipal, em curso de remodelação para esse fim, e no qual já foi criada uma primeira exposição permanente. Será gerido por uma parceria que integra, estrategicamente, todas as entidades acima referidas, e ainda outras, de carácter local. Esta parceria já funcionou em candidaturas a programas comunitários, duas das quais foram aprovadas pela Comissão Europeia, no âmbito dos programas Rafael (D.G. X) e Ecos-Ouverture (D.G. XVI).

Com uma vocação “federadora” das energias da região no domínio da arqueologia, este Centro deverá, ainda, potenciar a criação de postos de trabalho nos domínios da arqueologia e património.

Bibliografia

- BINFORD, L. R. (1992) – Seeing the Present and Interpreting the Past – and keeping things straight. In ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L., eds. – *Space, Time and Archaeological Landscape*. New York: Plenum Press, p. 43-59.
- BOGHOSSIAN, P. (1997) – O que o embuste de Sokal nos deve ensinar. In *Disputatio*. vol. 2.^a ed. purl.inesc.pt/pub/disputatio.
- CARRILHO, M. M. (1993) – *A Filosofia das Ciências*. Lisboa: Presença.
- CHOMSKY, N. (1995) – Rationality/Science. <http://www.zmag.org/chomsky/index.cfm>. 1.^a edição “Z Papers Special Issue”.
- CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L., coords. (1997) – *1.^o Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – perspectivas em diálogo*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. (ARKEOS; vol. 1).
- CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. (1998) – A Pré-História Recente do Alto Ribatejo: ponto da situação em Janeiro de 1998. In CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L.; REIS, R. P., coords. (1998) – *Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal)*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. (ARKEOS; 4.).
- CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. (1999) – La “Rede Museográfica do Alto Ribatejo”: Tomar, Barquinha e Ferreira do Zêzere (Portugal). In PERETTO, C., ed. – *Landscape Changes in Relation to the Human-Environment Relationship in Southern Europe during the Pleistocene*, Forlì: ABACO-MAC, p. 75-86.
- DUKE, P.; SAITTA, D. J. (1999) – *An Emancipatory Archaeology for the Working Class*. www.siter.ac.uk/~assem/4/4auk_sat.htm
- FOUGEYROLLAS, P. (1990) – *Sciences sociales et marxisme*. Paris: Payot.
- FUNARI, P. P. A. (1998) – Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano. In FUNARI, P. P. A., org. – *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Universidade Estadual, p. 7-34.
- GIDDENS, A. (1996) – *Consequências da Modernidade*. 3.^a ed. Oeiras: Celta.

OOSTERBEEK, L. (1996) – De Foz Côa ao conjunto do território português. *Techne – Revista da Arqueojovem*. Tomar. 2, p. 65-67.

OOSTERBEEK, L. (1998) – Turismo e Arqueologia – anotações para um processo em construção. In *Ciclo de Conferências de Gestão Turística e Cultural – 1.º caderno*. Tomar: Centro de Estudos Turismo e Cultura; Instituto Politécnico de Tomar, p. 11-20.

OOSTERBEEK, L. (1998) – Estradas e Património Arqueológico – um breve

apontamento. In *Actas do 1.º Simpósio de Estradas e Ambiente*, 1998. Lisboa: Junta Autónoma das Estradas.

OOSTERBEEK, L. (1999) – Património Cultural e estudos de Impacte Ambiental – proteger o quê? *Arqueologia*. Porto. 24, p. 9-13

OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R. (1999) – *Projecto arqueológico e museográfico do Alto Ribatejo*. Comunicação apresentada ao 3.º Congresso Peninsular de Arqueologia.